



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

21 de Março 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Educação	Data: 19/03/2014
Assunto: Escola Jovem Sul da Ilha		Página: on-line

DIÁRIO CATARINENSE

Reinício das aulas em escola de Florianópolis depende de laudo técnico

Alunos, pais e professores fizeram manifestação na tarde desta terça-feira

A demora na entrega da obra da Escola Jovem do Sul da Ilha, que mantém sem aula este ano cerca de 650 alunos, foi tema de reunião na Comissão de Educação da Câmara de Veradores de Florianópolis no início da noite desta quarta-feira. Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) da Grande Florianópolis e Secretaria Estadual de Educação (SED) se comprometeram a entregar até o meio dia desta quinta-feira dois documentos para amenizar os prejuízos no ano letivo da comunidade estudantil.

A escola, que está sendo construída desde 2010 próximo ao Terminal do Rio Tavares (Tirio), vai substituir a Escola de Ensino Médio João Gonçalves Pinheiro, localizada no mesmo bairro e que apresenta problemas de infraestrutura. Pais, alunos e professores alegam que a instituição não tem condições de ser utilizada para o início do ano letivo 2014, o que motivou um protesto na última terça-feira.

Após a reunião desta quarta, presidida pelo vereador Vanderlei Farias (PDT), a SED se dispôs a apresentar laudo do Corpo de Bombeiros que garante a segurança da estrutura da antiga escola para reinício das aulas. Ao mesmo tempo, a SDR Grande Florianópolis deve entregar documento com a data final para entrega da obra da Escola Jovem.

— Pelo que vimos, baseado em análise técnica, dificilmente a Escola Jovem vai ser entregue no dia 7 de abril, como havia sido divulgado pela SDR. Prevemos pelo menos mais 20 dias. Por isso o laudo sobre a João Gonçalves Pinheiro é fundamental para garantir a segurança dos alunos e possibilitar o reinício das aulas — disse o vereador.

Além da estrutura para receber as aulas, a comunidade se mostrou contrária a escolha do novo assessor da direção da instituição, Ajamil Fernandes, depois que a ex-assistente foi exonerada por fazer críticas à estrutura da escola João Gonçalves Pinheiro. No ato desta terça-feira, os manifestantes cercaram a mesa de Fernandes, pedindo sua saída.

As aulas na rede estadual de ensino tiveram início no dia 17 de fevereiro.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Educação	Data: 21/03/2014
Assunto: Escola indígena		Página: on-line

DIÁRIO CATARINENSE

Crianças indígenas da reserva do Maciambu, em Palhoça, terão escola na comunidade até setembro

Justiça determinou construção após verificar que local atual está inadequado para o ensino

Quem entra na escola improvisada no centro comunitário da Terra Indígena Guarani de Maciambu (ou Pirapurá), em Palhoça, percebe as dificuldades que as crianças da região enfrentam. Calor, falta de banheiros, frestas entre as tábuas e compartilhamento do espaço com outras atividades atrapalham o aprendizado dos 25 alunos dos ensinos Fundamental e Médio.

A recente determinação da Justiça para que seja construída uma escola dentro da reserva até setembro, entretanto, pode influenciar de maneira definitiva as projeções da comunidade.

A nova escola foi pensada pelos próprios indígenas, com apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai). As migrações entre regiões são muito comuns para os guaranis, mas quem tem filhos em idade escolar demonstra dificuldades em criar raízes no Maciambu.

— Muitas famílias vêm para cá e adoram o local, mas acabam indo embora por falta de escolas. Elas vão para onde é melhor para as crianças – lamenta o cacique e coordenador da escola, Marco Guarani.

Em 24 de fevereiro, a 6ª Vara Federal de Justiça de SC determinou que a União repassasse os recursos necessários à obra, e que o governo de SC efetuasse a construção em até 180 dias após a disponibilização da verba. Para o caso de descumprimento por qualquer uma das partes, foi estipulada uma multa diária de R\$ 3 mil.

O espaço atual já é o quinto transformado em escola provisória pelos índios em um período de cinco anos, já que os outros estavam muito danificados ou não podem ser usados para este fim.

Educação indígena para crianças indígenas

Lucas Oliveira da Silva, 19 anos, é professor voluntário de Artes e Educação Física na escola do Pirapurá. Praticamente todas as crianças da aldeia passam pela tutoria dele, embora não receba salário nem tenha formação acadêmica. A maioria das aulas são ministradas em português, mas o vocabulário guarani aparece com grande frequência, como explica Silva.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

— Às vezes, a criança está rindo de alguma coisa e, se o professor não for índio, pode achar que ela está fazendo chacota dele.

O guarani é a única língua ensinada para os alunos do primeiro e do segundo ano. A partir do terceiro, o português também é incluído. Os problemas com tradução, entretanto, não terminam no idioma: em certa ocasião na reserva do Morro dos Cavalos, um professor branco ficou chocado ao se deparar com um menino indígena de 13 anos fumando um cachimbo. Marco Guarani achou graça e resumiu a situação para o docente: as crianças são índias e não é possível julgá-las sob um olhar não índio.

— Já compramos briga porque querem implantar uma educação tradicional por aqui. O professor chega acostumado à escola comum, com todos sentados e uniformizados. Nossas crianças não são assim porque damos tempo a elas. Se está quente dentro da sala, os alunos querem aula do lado de fora — explica o cacique.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 21/03/2014
Assunto: Saúde infantil		Página: Online



Saúde infantil e educação básica pública podem receber recursos

Projeto que beneficia a saúde infantil e a educação básica pública com recursos da exploração do petróleo e do gás da camada pré-sal (PLS 280/2013) foi aprovado na terça-feira (18) pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e segue agora para a Comissões de Assuntos Sociais (CAS).

Atualmente a lei já direciona verbas para a educação e a saúde pública, de forma geral, mas o proposto pelos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES), canaliza parte dos recursos do Fundo Social, instituído pela Lei nº 12.351/2010, especificamente para a educação básica e a saúde pública infantil. Além disso, destina para o fundo a totalidade dos recursos arrecadados com os bônus de assinatura (espécie de taxa cobrada pelo governo para autorizar o consórcio vencedor do leilão a operar no pré-sal).

Segundo o relator do PLS 280/2013, senador Cyro Miranda (PSDB-GO) a medida é oportuna para reforçar a proposta do Plano Nacional de Educação, que contempla a meta de aumentar o investimento público do país em educação para 10% do produto interno bruto no próximo decênio. - O retorno do investimento em educação é muito maior do que o de aplicações no mercado financeiro. Assim, não vislumbramos melhor emprego para os bônus de assinatura dos leilões de contratos de partilha que não a sua imediata aplicação na educação básica, notadamente no segmento público, com o que garantimos ainda mais o seu retorno social - avaliou Cyro.

Após a análise da CAS, será a vez da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisar o projeto, em caráter terminativo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 21/03/2014
Assunto: Semana da educação ambiental		Página: Online



Projeto institui Semana de Educação Ambiental

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou, na terça-feira (18), projeto (PLC 15/09) que institui a Semana de Educação Ambiental nas escolas do ensino fundamental, médio e nas instituições de ensino superior. O objetivo é estimular ações voltadas à popularização da educação ambiental. A matéria será examinada agora pelo Plenário.

De acordo com o texto aprovado, a Semana de Educação Ambiental deverá ser realizada anualmente na primeira quinzena de junho e contar com atividades desenvolvidas em todos os componentes curriculares. O autor, o ex- deputado Mauricio Rands, escolheu esse período para que as atividades se realizem em torno do dia 5 de junho - Dia Mundial do Meio Ambiente.

O relator na CE, senador João Vicente Claudino (PTB-PI), apoiou a iniciativa e acatou emenda apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que propôs estender a Semana de Educação Ambiental também para as universidades. "A relevância do tema é inquestionável. Não se estabelece uma sobrecarga nos currículos, dada a previsão de abordagem integrada e multidisciplinar. Desse modo, nada há a obstar à iniciativa, quanto ao mérito educacional", apoiou João Vicente.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 21/03/2014
Assunto: Escola João Gonçalves Pinheiro		Página: 02

DIÁRIO CATARINENSE

À espera da nova sede, ano letivo não começou

Por decisão dos professores e pais de alunos, pelo menos 650 estudantes da Escola de Ensino Médio João Gonçalves Pinheiro, no Rio Tavares, em Florianópolis, ainda não iniciaram o ano letivo. É que eles ocupam um prédio improvisado (foto), cedido pela prefeitura, enquanto a nova escola não fica pronta. A obra se arrasta há cinco anos e deveria ter sido entregue em fevereiro, conforme audiência pública entre a Secretaria de Desenvolvimento Regional e a comunidade, ainda em 2013.



Em fevereiro, o prazo foi transferido para 7 de abril. Agora foi adiado para 30 de abril, conforme o governo estadual. A negativa dos professores e alunos em frequentar a "escola" emprestada é pela falta de condições básicas como banheiro e bebedouro. A SDR fez melhorias no local durante o Carnaval, mas a comunidade alega serem insuficientes.



Resultado de vistoria do Corpo de Bombeiros realizada na última semana dará a palavra final sobre as condições da sede provisória, que possui apenas oito salas de aula e responde pelo ensino médio em três turnos para todo o sul da Ilha de SC. O novo prédio terá capacidade para 2 mil estudantes, absorvendo a demanda reprimida por vagas na região. Se ficar pronto até o final de abril...



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 21/03/2014
Assunto: Metodo de avaliação		Página: 21

DIÁRIO CATARINENSE

Decorar ou saber

Lendo a matéria "Notas boas, salário mais alto" (19/3), percebo que já perdemos muito tempo – talvez por falta de coragem em não abordar os fatores que dificultam fazer a educação que precisamos. Não se ensina e não se aprende sem métodos e avaliações. Nossa avaliação é de que prova examina a capacidade de decorar, e não de saber. Não diagnostica as dificuldades de aprendizagem, para poder promover o sujeito social, como ser produtivo e inserido na vida cidadã.

*Celso de Oliveira Souza, professor,
pró-reitor de ensino do Unibave
Orleans*



Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Região	Data: 21/03/2014
Assunto: Escola Vicente Silveira em Palhoça		Página: 19

Notícias do Dia

Operários

aceleram obras

Operários das obras da escola estadual Vicente Silveira, em Palhoça, interditada no último fim de semana, trabalham em uma força-tarefa para concluir as obras hoje. As aulas foram suspensas e a escola interditada por tempo indeterminado pela Justiça por problemas estruturais, após vistoria do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária.

De acordo com a ação judicial, a escola tem dez dias para remanejar os estudantes para outra área, sob pena de multa de R\$ 20 mil por dia de atraso. A SDR (Secretaria de Desenvolvimento Regional) e Secretaria de Estado de Educação querem pedir nova vistoria e pretendem retomar as aulas na escola na segunda-feira.

Esta foi a quarta interdição desde 2012, ano em que parte da estrutura de três salas de aula desmoronou em uma área que já estava interditada. A escola tem 640 alunos do 1º ao 9º ano. No fim de 2012, a SDR firmou acordo com o MPSC (Ministério Público de Santa Catarina), se comprometendo em concluir as obras completamente até 31 de janeiro de 2014. No ano passado, os estudantes tiveram aula na Faculdade Municipal de Palhoça. Já foram gastos R\$ 1,9 milhão nas obras de reforma da unidade.

A vistoria foi realizada em fevereiro, quando venceu o prazo do acordo, e foi constatado que não havia condições de manter as obras com alunos em sala. Entre os itens apontados estavam a situação precária da cozinha que funcionava em uma sala inadequada, ausência do alvará sanitário, banheiros e pias danificadas, falta de iluminação, fiação exposta e falta de materiais de higiene.

O promotor da Vara da Infância de Palhoça Aurélio Giacomelli da Silva afirmou que os laudos apontaram que a saúde e integridade física da comunidade escolar estavam em risco. "Eles informaram de forma inverídica que a escola estava pronta, vamos inclusive apurar a responsabilidade criminal das pessoas que autorizaram a volta dos estudantes sem que as obras estivessem concluídas. Vamos aguardar o prazo de dez dias e a manifestação do Estado, mas a interdição é por tempo indeterminado. Se os órgãos técnicos liberaram a área, é outra questão. Por enquanto, contamos com o que há e está mantida a decisão", explicou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Região

Data: 21/03/2014

Assunto: Escola Vicente Silveira em Palhoça

Página: 19

Notícias do Dia

Direção quer retomar as aulas na segunda

A Secretaria de Educação está fazendo um relatório e pretende protocolar hoje um pedido de revisão da interdição ao Ministério Público. No dossiê, devem constar documentos e fotos que comprovariam que a escola está em condições de uso. Segundo a gerente regional de Educação, Dagmar Pacher, houve uma reunião com os pais dos alunos no começo da semana e a ideia é retomar as aulas na segunda-feira e não transferir as crianças de local, mas ressaltou que irá cumprir as ordens judiciais.

Segundo o diretor do colégio Marco Aurélio Stopassoli, a empresa que realiza as obras já havia informado que terminaria o trabalho por completo até o fim do mês, mas em função da interdição acelerou o trabalho dobrando o número de funcionários no local. O diretor alega que as obras só começaram em junho por causa dos trâmites burocráticos de

licitação e, por isso, não foi terminada até janeiro. "Quem veio visitar não observou as melhorias e serviços que já estavam em fase de conclusão na escola", lamenta Stopassoli.

O alvará, segundo o diretor e a Gerência de Educação está liberado, porém, não estava na escola no dia da vistoria porque foi encaminhado à SDR junto com a documentação necessária para liberação de recursos. A área que fica fora do pátio e das salas de aula, onde será construída uma nova fossa e sumidouro, ainda deve ficar em obras nas próximas semanas. Mas a ideia é que os trabalhos ali funcionem apenas aos fins de semana, para não atrapalhar os dias de aula na escola.

Dagmar diz que não acredita ser necessário fazer a transferência das aulas para outro local, mas se forem obrigados a mudar, os estudantes deverão ir novamente para a Faculdade Municipal de Palhoça.

Mais seis colégios podem ser fechados

Outras escolas estaduais em Palhoça devem ser vistoriadas nas próximas semanas. O governo do Estado tinha 90 dias para realizar uma série de melhorias em seis escolas, cujo prazo venceu no mês. Por causa disso, o Ministério Público solicitou à Vara da Família de Palhoça que vistorie se as determinações foram cumpridas. Dependendo do que apontarem os laudos do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, podem ocorrer novas interdições. Os seis colégios já foram fechados por dois dias em novembro de 2013 para reparos emergenciais.

Os processos correm em segredo de Justiça e a juíza que substituiu o autor da decisão, André Augusto Messias Fonseca, em férias, preferiu não comentar o caso. Mas o promotor da Vara da infância de Palhoça Aurélio Giacomelli da Silva afirmou que ainda não recebeu nenhum laudo e não pode afirmar como está a situação das escolas e se será preciso interdições. Na lista estão o Colégio Estadual Benomivio João Martins, a Escola Estadual Nicolina Tancredo, Escola Renato Ramos da Silva, Escola Maria do Carmo de Souza, Colégio Ivo Silveira e Escola Vicente Ferreira Cordeiro.

A gerente Regional de Educação, Dagmar Pacher, se reuniu ontem com os diretores das escolas e representantes dos pais e professores para esclarecer a situação. Ela disse que os recursos estão garantidos, cerca de R\$ 15 milhões. A previsão é que em 30 dias seja aberta a licitação e, em seis meses, as obras estejam concluídas. "Não estamos medindo esforços para garantir o direito dos alunos e o bem estar da comunidade escolar", afirmou Dagmar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Educação	Data: 21/03/2014
Assunto: Vestido curto em Joinville		Página: on-line

DIÁRIO CATARINENSE

Caso do vestido curto em Joinville é acompanhado de perto pela Gerência regional de Educação

Mãe de aluna desabafou no Facebook após filha ser advertida pela direção da escola

A gerente regional de educação, Dalila Leal, informou nesta quinta-feira que a Gered está acompanhando de perto a polêmica causada em uma escola de Joinville por causa da repreensão feita a duas alunas por causa do comprimento de vestidos, saias e shorts.

Dalila conversou com a diretora da escola e determinou que seja feito um acompanhamento de perto do caso, até que o conflito seja completamente solucionado.

No fim de semana, a mãe de uma aluna de 16 anos que estuda à noite e foi chamada pela direção da escola publicou um desabafo no Facebook, levantando uma discussão que envolveu mais de 3,6 mil pessoas em menos de 24 horas.

—Eu falei com a diretora e a gente vai acompanhar tudo de perto. A direção da escola, junto com os pais, tem autonomia para fazer esse tipo de trabalho junto aos alunos. Temos profissionais especializados para atuar nesses casos—, disse Dalila Leal.

A polêmica quanto ao comprimento de vestidos, saias e shorts já tinha sido relatada por uma aluna na rede social. Ela foi advertida mais de uma vez e seus pais foram chamados na escola na semana passada.

Durante a conversa, os pais da menina identificaram outros casos semelhantes e alertaram a direção da escola, que acabou chamando uma segunda menina para conversar. A garota usava um vestido florido pouco acima do joelho.

A instituição garante que só chama os pais depois de pelo menos três advertências por escrito e depois de conversar diretamente com as alunas. O ideal, segundo a diretora, é que o comprimento das bermudas, saias e vestidos sejam do meio da coxa para baixo.

O secretário estadual de Educação, Eduardo Deschamps, ficou sabendo da polêmica pelo noticiário e determinou que técnicos da secretaria acompanhem, junto com a Gered, o caso.

"A Notícia" não está publicando o nome da aluna nem o nome da escola em respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 21/03/2014
Assunto: Investimento em educação		Página: Online



GASTO DIRETO DA UNIÃO EM EDUCAÇÃO PÚBLICA É 1% DO PIB HÁ 4 ANOS

Tabela inédita mostra algum avanço com inclusão de gastos com ensino privado e aposentadorias

Fonte: Blog do Fernando Rodrigues

Dados inéditos sobre investimento estatal em educação revelam como foram os gastos federais diretos em educação nos últimos anos. Desde 2009 a União investe anualmente o equivalente a 1% do PIB (há uma explicação a respeito, como se verá a seguir).

Já nos Estados e nas cidades, houve um modesto avanço nos anos mais recentes. Os governos estaduais investiam 2% do PIB diretamente em educação pública em 2009. O percentual mais recente é de 2,2%. No caso das prefeituras, a taxa subiu de 1,9% para 2,3% do PIB.

Essas informações deixaram de ser divulgadas regularmente pelo Ministério da Educação em 2010. O Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) fez um requerimento ao MEC e recebeu os dados, que serão apresentados hoje (19.mar.2014) numa sessão da comissão especial da Câmara que debate o Plano Nacional de Educação, relatado pelo deputado Angelo Vanhoni (PT-PR).

O texto do PNE já passou pelo Senado. Tem recebido críticas de entidades do setor e de estudantes.

O governo nega que os gastos diretos federais em educação tenham estagnado como sugere uma primeira análise da tabela abaixo. “Quando se avaliam os investimentos desagregados por esfera de governo, pode-se afirmar que os números não correspondem com a realização do dispêndio de cada uma, tendo em vista que as transferências intergovernamentais não são contabilizadas como investimento de quem se origina o recurso, mas sim de que o aplica”, explicou o MEC em carta ao senador Randolfe Rodrigues.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Em resumo, a União argumenta que repassa dinheiro a Estados e a cidades, que fariam o investimento direto em educação – e fica registrado que o dinheiro foi investido nessas esferas de governo, e não pelo governo federal.

Apesar dessas ressalvas, é útil conhecer os dados oficiais sobre investimentos estatais em educação no Brasil:

Quando se observa o gasto total, nota-se um avanço significativo de 2000 a 2012 (último dado disponível): de 4,7% para 6,4% do PIB. Há indícios, entretanto, de que esse aumento foi alavancado por investimentos em atividades relacionadas à educação, mas não necessariamente em educação pública.

Os gastos totais incluem todos os investimentos estatais em educação, pública ou privada. Esse dado considera bolsas de estudo concedidas pelo Estado a quem se matricula num curso privado. Também leva em conta renúncia fiscal para escolas e universidades privadas que aceitam estudantes a preços subsidiados ou de graça. E, por fim, considera também as despesas para a aposentadoria futura de profissionais de educação que ainda estão na ativa.

Um dado mais preciso para saber o que se gasta apenas na atividade fim da educação é o investimento direto: trata-se nesse caso apenas de dispêndios com educação 100% pública. Ou seja, dinheiro estatal que é usado exclusivamente nas escolas mantidas pelos governos, em todos os níveis.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 21/03/2014
Assunto: Mais professores		Página: Online



ENSINO MÉDIO PRECISA DE 32,7 MIL PROFESSORES

TCU aponta que área de exatas tem maior déficit e só em física faltam 9 mil docentes no País; São Paulo e Roraima se negaram a fazer auditoria

Fonte: O Estado de S. Paulo (SP)

O Brasil tem hoje um déficit de pelo menos 32,7mil Professores no Ensino médio, concentrado especialmente na área de exatas – faltam mais de 9 mil Docentes apenas em Física. Ao mesmo tempo, as redes têm 46 mil Docentes sem formação específica, que poderiam ser capacitados, e 61 mil fora das salas, cedidos para áreas administrativas.

As conclusões são de auditoria especial do Tribunal de Contas da União (TCU). A análise feita pelo TCU e Tribunais de Contas de 24 Estados e do Distrito Federal – as exceções foram Roraima e São Paulo, que não aceitaram participar – investigou cobertura, Professores, gestão e financiamento do Ensino médio. “Boa parte desse déficit poderia ser resolvido com melhoria de gestão”, afirmou o ministro Valmir Campello, relator da auditoria.

O déficit de Professores pode ser maior, uma vez que houve algumas simplificações nos cálculos para evitar superdimensionamento – por exemplo, Professores que dão aulas em duas disciplinas foram registrados como dois Docentes.

A investigação apurou grande número de contratos temporários. Em média, 30% dos Professores do País têm contratação precária – o índice passa de 60% no Espírito Santo (66,6%), em Mato Grosso (64,8%) e em Mato Grosso do Sul (61%). “É expressivo para um tipo de contratação que deveria ser excepcional.

Pode ser a maneira de alguns municípios e Estados fugirem da lei de responsabilidade fiscal”, disse Campello. Recursos. A auditoria encontrou discrepâncias significativas entre o que os Estados informam como investimento em Educação no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), do Ministério da Educação, e outros sistemas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Os Estados analisados e o Distrito Federal informam investimento de R\$ 13,3 bilhões a mais ao MEC do que ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), de acompanhamento da Lei de Responsabilidade Fiscal. “Há problemas substantivos sobre qualidade e confiabilidade dos recursos aplicados na Educação”, afirmou Campello. A auditoria, com recomendações, será enviada ao MEC e aos Estados.